

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Ata da Reunião de 26 / 06 / 2015

Ata n.º 15 destinada a:



LP
A

ATA N.º 15

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e quinze no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas reuniu a Câmara Municipal tendo estado:

PRESIDENTE.....	LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS
VICE-PRESIDENTE	ANA CARLA ARRANJA M. DE BARROS
VEREADORES	JOSÉ MARIA RODRIGUES FIGUEIRA PAULO ALEXANDRE V. CAÇOILAS SILVIA LEONOR C. SEATRA DOS SANTOS JOAQUIM MANUEL MARQUES B. SOEIRO
AUSENTE	ELSA CRISTINA N. DOS SANTOS CAEIRO

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 00.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta da Vereadora Elsa Caeiro, ausente por motivo de gozo de férias.

1. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

Tomou a palavra o **Presidente** informando que no dia 9 de junho, juntamente com a Vice-Presidente e a Vereadora Elsa Caeiro, participou na Assembleia Participativa que se realizou na

LD
#

Landeira, no dia 11 participou na Assembleia Participativa realizada nas Piçarras, no dia 12, juntamente com a restante Vereação em funções executivas, esteve presente no arraial de Santo António e no dia 14 assistiu ao torneio Aurélio Pereira, promovido pelo Núcleo Sportinguista de Vendas Novas. No dia 15 esteve presente na Assembleia Participativa, em Vendas Novas e no torneio de Futsal de Verão, promovido pelo Clube Ferroviário de Vendas Novas, no dia 17 visitou o Arquivo Documental da Câmara Municipal de Abrantes e no dia 19 participou na sessão da Assembleia Municipal, que se realizou na Landeira. No dia 20, juntamente com a Vice-Presidente, esteve presente na inauguração do Projeto "Aprender a Ser", na Escola Básica dos Campos dos Infantes e também, juntamente com a Vice-Presidente e a Vereadora Elsa Caeiro, esteve presente no arraial promovido pela Associação de Moradores da Afeiteira, no dia 22 reuniu com os colaboradores da VN Automóveis e nos dias 23, 24, 25 e 26 participou no "Passeio dos Reformados 2015".

Interveio a **Vice-Presidente** dando conhecimento que, para além do que já foi referido pelo Presidente, no dia 14 de junho participou no 24.º Aniversário da Associação Dadores de Sangue e na sessão solene e no almoço do Grupo de Danças e Cantares dos Pioneiros de Vendas Novas, no dia 18 participou no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, no dia 19 participou na sessão da Assembleia Municipal, no dia 21 esteve presente no 8.º Aniversário de Inauguração do Lar Nossa Senhora da Saúde e nos dias 23, 24, 25 e 26 participou no "Passeio dos Reformados 2015".

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** referindo que no dia 9 de junho participou no Conselho Intermunicipal da CIMAC, no dia 10 esteve presente no XXII Encontro Nacional em Homenagem Nacional aos Combatentes, em Belém, no dia 12 esteve presente no arraial de Santo António e no dia 13 esteve presente nas Marchas Populares, que se realizaram no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal.

O **Vereador José Figueira** interveio informando que no dia 19 de junho participou na sessão da Assembleia Municipal, que se realizou na Landeira.

Tomou a palavra a **Vereadora Sílvia Santos** referindo que também esteve presente na sessão da Assembleia Municipal.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** informando que se verificou um problema com a recolha de resíduos sólidos urbanos e houve a necessidade de contratar serviços externamente, tendo sido contratadas 18 jornadas de trabalho que terminam naquele dia. Refere que na terça-feira seguinte, uma das viaturas apreendidas será submetida à inspeção, até lá foram reforçados os turnos, com



recurso a trabalho extraordinário. Afirma que em 2014 a Câmara Municipal gastou mais de 14.000 € com a reparação destas viaturas e em 2015, mesmo antes destes problemas, já tinham sido gastos mais de 10.000 € com as mesmas. Refere que o executivo está atento a esta situação pois tratam-se de viaturas com muitos anos de serviço.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** informando que no dia 6 de julho se prevê a reabertura do Espaço Solidário num novo espaço, ao lado do Serviço de Intervenção Social, com o mesmo normativo, pretendendo-se a sua abertura diária, no período da manhã. Refere que foram feitas pequenas obras no referido espaço e foram devidamente organizados todos os bens suscetíveis de serem disponibilizados às famílias carenciadas.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que na reunião do dia 29 de abril foi dada a informação que iria à Assembleia Municipal uma informação sobre as dívidas a menos de 30 dias de aproximadamente 1,4 mil euros, tendo sido dito que tinha a ver com a dívida à AgdA. Afirma que em 17 de maio, os Vereadores da CDU solicitaram a discriminação das dívidas, o qual foi entregue. Refere que ao analisarem a referida informação, verificaram que na listagem há dívidas relacionadas com a água. Pergunta qual a razão desse facto, uma vez que existe um acordo de pagamento para estas dívidas e verificaram que estas dívidas, na última informação à Assembleia Municipal, continuam a menos de 30 dias. Afirma que na última sessão da Assembleia Municipal foi dito que o Município de Vendas Novas diminuiu a sua dívida em cerca de 250.000 €. Refere que o artigo 98.º diz que os Municípios têm que diminuir os pagamentos em atraso a mais de 90 dias em 10 % no final de um ano e 5 % até ao 1.º semestre. Diz ainda que há a obrigatoriedade de dedicar o aumento de receita do IMI à redução da dívida a fornecedores, ao FAME ou à amortização de empréstimos. Pergunta se a dívida diminuiu por via do artigo 98.º do Orçamento de Estado e se foi nas rubricas referidas.

Tomou a palavra o **Presidente** confirmando que a dívida diminuiu no montante que foi referido, sendo que o executivo está a analisar as implicações do artigo 98.º da Lei do Orçamento de Estado.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a introdução de um novo assunto na ordem do dia da presente reunião, no ponto das Obras – Licenciamento, designadamente:

- **Proc. n.º 21/15 Req n.º 267/15, de Carmina Augusta Morganheira Serrudo.**

LD
H

2. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – Expediente

2.1.1 - Concurso para Fornecimento de gasóleo

Doc. 72/15

Presente Programa de Concurso e Caderno de Encargos para a abertura de Concurso público para fornecimento de gasóleo. Presente também proposta de nomeação do Júri do concurso.

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que os Vereadores da CDU analisaram o caderno de encargos e verificaram que há uma situação que não é suficientemente explícita na fórmula de análise.

Tomou a palavra o **Presidente** informando que o valor referido corresponde a 70 % do preço base.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores **José Figueira, Paulo Caçoilas e Sílvia Santos**, aprovar a abertura de concurso, as peças processuais e a nomeação do Júri.

2.1.2 - Concurso Público da Empreitada de Requalificação do CM 1058 – Estrada da Afeiteira

Doc. 73/15

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 29 de abril de 2015 e do anúncio de concurso público publicado em Diário da República de 6 de maio de 2015 para apresentação de propostas para empreitada de requalificação do CM 1058 – Estrada da Afeiteira, o Júri do concurso nomeado na mesma data, procedeu à análise das propostas apresentadas e elaborou o relatório preliminar e final a sugerir a adjudicação à empresa Construções J.J.R. e Filhos, SA, pelo valor de 153.909,76 €, acrescidos de IVA.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** informando que caso seja aprovada a adjudicação, o executivo prevê iniciar a obra ainda em julho.

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que gostaria de saber se houve dois ajustes diretos a esta empresa, um em janeiro e outro em fevereiro de 2015, os dois de aproximadamente 40.000€.

O **Presidente** informa que foi feito um único ajuste direto a esta empresa, tendo sido consultadas várias empresas.



Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** confirmando que efetivamente foi feito um único ajuste direto. No entanto, na próxima reunião trará essa informação de forma mais detalhada.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar a empreitada à empresa Construções J.J.R e Filhos, SA pelo valor 153.909,76 €, acrescidos de IVA e aprovar a minuta do contrato.

2.1.3 – Normas de funcionamento das atividades de animação e de apoio à família (AAAF) nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho de Vendas Novas

Doc. 74/15

Presente Informação n.º 30/15 do Serviço de Educação a propor a alteração dos valores comparticipados pelas famílias para a frequência do próximo ano letivo, no que diz respeito à alimentação dos seus educandos.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** considerando que seria positivo que a informação que vem à reunião da Câmara Municipal tivesse os valores que estão em vigor atualmente. Informa que os Vereadores da CDU irão votar favoravelmente. No entanto, gostariam desse esclarecimento.

Interveio o **Presidente** informando que os valores do ano anterior foram aprovados na reunião da Câmara Municipal.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** esclarecendo que este valor é o valor diário, que é igual ao do ano anterior. O que acontece é que deixa de haver o valor parcial que correspondia a 75 % deste valor.

A Câmara Municipal deliberou, unanimidade, aprovar a proposta.

2.1.4 – Desportivo Clube das Piçarras

- Na sequência da carta n.º 10/2015 do Desportivo Clube das Piçarras a solicitar o apoio da Câmara Municipal para a realização da atividade Masterclass de Zumba, denominada “Zumba Fitness Party”, presente Informação n.º 139/2015 do Serviço de Desporto a propor que o apoio seja em material de som, palco, apoio logístico e na isenção das taxas de utilização do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, as quais correspondem ao valor de 64,29 €.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do apoio conforme informação n.º 139/2015 do Serviço de Desporto.



CL
#

- Na sequência da carta n.º 14/2015 do Desportivo Clube das Piçarras a solicitar a cedência do auditório Municipal para o dia 6 de julho, presente Informação do Serviço de Cultura e Biblioteca a informar que o custo de cedência do referido espaço é de 182,34 €, propondo a redução de 50 % das referidas taxas, tendo em conta que se trata de uma coletividade sem fins lucrativos, pelo que o pagamento seria de 91,17 €.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção parcial da taxa em 50 %.

2.1.5 – Normas para atribuição de manuais escolares ao 1.º ciclo

Doc. 75/15

Presente Informação n.º 36/15 do Serviço de Educação, referente às normas para atribuição de manuais escolares aos alunos do 1.º ciclo no ano letivo 2015/2016.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** fazendo o enquadramento do assunto.

Interveio a **Vereadora Sílvia Santos** informando que gostaria de alguns esclarecimentos, designadamente, se os destinatários são apenas os alunos do ensino público como aconteceu no ano passado, ou se passa a incluir os alunos do ensino privado.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** informando que no ano passado incluía apenas os do ensino público, mas como o executivo entende que esta medida é 100 % de carácter educativo, entendeu alargar este apoio a todos os alunos do público e privado.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as normas para atribuição de manuais escolares aos alunos do 1.º ciclo no ano letivo 2015/2016.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** apresentando a seguinte declaração de voto: “Na presença de uma “proposta de normas” para atribuição dos manuais escolares, constata-se que o documento é de todo insuficiente e pouco objetivo na sua aplicação, as normas propostas não fazem a distinção, na atribuição dos manuais escolares, entre famílias com baixo rendimentos e as que têm rendimentos suficientes para aquisição dos “manuais” para os seus filhos, como acontece, por exemplo, na frequência das AAAP (inscritas no ponto 2.1.3 da presente OT), sendo a sua aplicação universal, muita idêntica ao imposto do “IVA”, um imposto cego que não distingue os que têm baixos recursos dos que tem mais poder de compra e a proposta coloca a opção da atribuição dos Manuais na responsabilidade dos encarregados de educação. No entanto, tais chamadas de atenção críticas, não inviabilizam a tomada de posição dos Vereadores da CDU, de votarem favoravelmente o ponto 2.1.5 da Ordem de Trabalhos.”

LD
#**2.1.6 - Empréstimo de Saneamento Financeiro****Doc. 76/15**

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 9 de junho de 2015 e da Assembleia Municipal de 19 de junho do mesmo ano, presente proposta de minuta de alteração ao contrato de abertura de crédito a prazo fixo estabelecido entre o Município de Vendas Novas e o Novo Banco.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adenda ao contrato.

2.1.7 – Apoio ao Associativismo Social – 2015**Doc. 77/15**

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 20 de abril de 2015 e após decorrido o respetivo procedimento, presente Informação n.º 21/15 do Serviço de Intervenção Social a propor os montantes pecuniários e número de quilómetros a atribuir às instituições de associativismo social em 2015.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a lista final dos apoios ao associativismo social, a atribuição de um apoio de 250 € em reprografia a cada instituição e a minuta do contrato a celebrar.

2.1.8 – Apoio ao Associativismo Social – 2015 – Proteção Civil e Prestação de Socorro**Doc. 78/15**

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 27 de maio de 2015 e após decorrido o respetivo procedimento, presente Informação n.º 22/15 do Serviço de Intervenção Social a propor os montantes pecuniários e número de quilómetros a atribuir em 2015, na área da proteção civil e socorro.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a lista final dos apoios às entidades de Proteção Civil e Prestação de Socorro, a atribuição de um apoio de 250 € em reprografia a cada instituição e a minuta do contrato a celebrar.

Não participaram na presente discussão e votação a Vice-Presidente e o Vereador Joaquim Soeiro, tendo-se ausentado previamente da sala, de harmonia com o disposto no n.º 6 do



LD
H

art.º 90 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A / 2002 de 11 de Janeiro por se considerarem impedidos.

2.1.9 – Apoio ao Associativismo Desenvolvimento Local – 2015

Doc. 79/15

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 20 de abril de 2015 e após decorrido o respetivo procedimento, presente Informação n.º 27/15 do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico a propor os montantes pecuniários a atribuir às instituições de desenvolvimento local em 2015.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a lista final dos apoios ao desenvolvimento local, a atribuição de um apoio de 250 € em reprografia a cada instituição e a minuta do contrato a celebrar.

2.1.10 – Apoio ao Associativismo Cultural – 2015

Doc. 80/15

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 20 de abril de 2015 e após decorrido o respetivo procedimento, presente Informação do Serviço de Cultura e Biblioteca a propor os montantes pecuniários e número de quilómetros a atribuir às instituições de associativismo cultural em 2015.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a lista final dos apoios ao associativismo cultural, a atribuição de um apoio de 250 € em reprografia a cada instituição e a minuta do contrato a celebrar.

Não participou na presente discussão e votação a Vereadora Sílvia Santos, tendo-se ausentado previamente da sala, de harmonia com o disposto no n.º 6 do art.º 90 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A / 2002 de 11 de Janeiro por se considerar impedida.

2.1.11 – Apoio ao Associativismo Desportivo – 2015

Doc. 81/15

Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 20 de abril de 2015 e após decorrido o respetivo procedimento, presente Informação n.º 144/15 do Serviço de Desporto a propor os



montantes pecuniários e número de quilómetros a atribuir às instituições de associativismo desportivo em 2015.

Tomou a palavra o **Presidente** informando que este regulamento procura ser mais objetivo na definição dos critérios de atribuição de apoios, retirando a subjetividade aos mesmos. Refere que para além dos apoios financeiros, há um aumento de apoio em kms às entidades e também um apoio de 250 € em reprografia para cada uma das entidades.

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que, em 20 de Abril de 2015, o executivo do PS/PSD na Câmara Municipal de Vendas Novas, apresentou à reunião de Câmara Municipal, uma proposta de regulamentação dos apoios ao associativismo nas diferentes áreas de ação: social, cultura, desporto e de desenvolvimento local que mereceu o voto contra dos Vereadores da CDU, com a apresentação de uma declaração de voto, na medida em que, se estava perante a instituição de um processo de burocratização e de desresponsabilização política por parte da maioria PS/PSD na Câmara Municipal na atribuição dos referidos apoios, reduzidos em mais de 70 % e que ficariam, segundo o executivo, dependentes dos “méritos” das candidaturas apresentadas pelas Associações, Coletividades e Instituições. Apoiando-se, na chamada teoria da “responsabilidade e transparência” a maioria do PS/PSD no passado dia 13 de Maio, em reunião de Câmara Municipal procurou, por via da tomada de posição apresentada no ponto 2.1 dessa reunião, justificar os cortes que agora se confirmam pelos valores e apoios atribuídos. Da proposta apresentada, importa destacar que as Associações, Instituições e Coletividades apoiadas, confirmam que 10 Associações e Coletividades que sempre foram apoiadas pela Câmara Municipal deixarão de ser, em face das alterações feitas aos “regulamentos/normas” que estavam em vigor e que tinham sido aprovadas pelos executivos da CDU na Câmara Municipal. Afirmam que as propostas apresentadas confirmam que, das anteriores 42 associações apoiadas pelos executivos da CDU, cerca de 25% não irão ter apoios, que, quanto ao valor financeiro atribuído às mesmas (com a inclusão dos valores atribuídos à AHBVVN, para o seu funcionamento), será de 85.500 euros, ou seja cerca de 28,5 % do valor medio, atribuído pelos executivos da CDU que se situaram na ordem dos 300 mil euros/ano e é grave a situação imposta, na medida em que, contrariamente ao apregoado pelo Presidente da Câmara Municipal, o “sol quando nasce não é para todos”. Com efeito, dos 85.500,00 euros, 24,5 % são para Associação Humanitária dos Bombeiros. A par deste valor, existem 12 Associações que vão beneficiar de apoios em “duplicado triplicado” ao verem mais do um projeto apoiado. Ou seja, 13 entidades irão receber o valor global de cerca de 66.500 euros, ou



LD
#

seja, 77,5 % dos apoios, numa média de mais de 5.000 euros cada. As restantes 19 entidades, que representam mais de 45 % das entidades a serem apoiadas ficarão com apoios no valor de 19 mil euros, uma média de 1.000 euros cada. Sendo o valor mais alto atribuído de 21.000 euros e valor mais baixo é de 300 euros. Neste quadro, importa destacar, na área social (sem a “Associação dos Bombeiros”), irão ser apoiadas 13 entidades, com 25 mil euros, no entanto 5 entidades (38,5 %) vão ser apoiadas com cerca de 16 mil euros (64 %), enquanto as restantes 8 que representam 61,5 % irão receber pouco mais de 9 mil euros ou seja 36% dos valores atribuídos a esta área, na área da cultura, irão ser apoiadas 6 entidades, com 7500 euros, no entanto só 1 entidade (17 %), irá receber apoio para 2 projetos, num valor total de mais de 3200 euros, ou seja cerca de 44 %, enquanto as restantes 5 entidades que representam 83 %, irão receber 4.300 euros (56 %) e na área do desporto, irão ser apoiadas 13 entidades, com 30.000 euros, no entanto 6 entidades (46 %) irão ter 2 a 3 projetos apoiados, num valor total superior a 25 mil euros (83 %), as restantes 7 entidades (54 %) irão receber cerca 5000 mil euros (17 %). Pergunta ao Presidente da Câmara Municipal porque razão a Natura Trilhos, não por ser esta coletividade, não consta desta lista.

Tomou a palavra o **Presidente** referindo que a intervenção do Vereador José Figueira mostra que analisou a documentação, mas o que tem da gestão da CDU é a má memória do que o seu executivo deixou por pagar. Dizer que é 28,5 % do que a CDU deu é caricato quando em 2013 o que se tinha eram dívidas dos apoios de 2012 para pagar em 2013 e 2014. É verdade que a Câmara Municipal chegou a dar mais de 400.000 € de apoios, mas foi quando se começou a endividar. Afirma que o atual executivo apenas promete o que pode pagar. Quanto aos apoios em duplicado, refere que todas as coletividades tinham acesso aos mesmos apoios. Se se for analisar associação a associação, dois terços das mesmas aumentaram em relação ao passado. Informa que não foi impedida nenhuma candidatura e a ADN - Natura Trilhos não quis apresentar nenhuma candidatura, pois muitas vezes preferem solicitar apoio logístico a algumas das suas iniciativas, como é o caso desta associação, com a nova “Trilhos e Courelas”. Afirma que estes não são os valores que o executivo queria dar, mas são aqueles que pode pagar e só promete aquilo que pode pagar.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que já não é a primeira vez que a CDU vem apregoar falsos moralismos, pois no passado prometiam muito dinheiro mas não o pagavam e ficaram a dever. Refere que se o atual executivo tivesse herdado uma situação financeira melhor, poderia dar mais valores, no entanto, neste momento estes são os valores que podem pagar.



LD
H

Espera que os Vereadores tenham feito as contas e tenham visto que foram aumentados os números de quilómetros para todas as entidades, que representam cerca de mais 14.000 € só em gasóleo.

Tomou a palavra o **Presidente** afirmando que é bem mais de 14.000 €, pois também há as despesas com o pessoal. Refere que houve anos em que uma única coletividade recebeu 90.000 €, enquanto outras da mesma área apenas receberam 400 €.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que essa associação era a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas. Lembra que há um requerimento da CDU sobre os apoios dados em 2012, o qual ainda não obteve resposta. Refere que a CDU também atribuiu apoios em quilómetros, instalações e outros.

O **Presidente** afirma que a referida associação não era à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas que se referia. Em relação ao requerimento informa que ainda não foi dada resposta pois existem informações que foram solicitadas que não eram registadas.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a lista final dos apoios ao associativismo desportivo, a atribuição de um apoio de 250 € em reprografia a cada instituição e a minuta do contrato a celebrar.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** apresentando a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores da CDU, em face do exposto, afirmam que os apoios atribuídos às 32 Entidades, Coletividades e Associações, sendo um apoio de todo importante para o desenvolvimento das suas atividades não pode, de maneira alguma, esconder e subestimar os critérios de todo díspares que desmascaram a dita “teoria da transparência e do rigor”, o que há muito os Vereadores da CDU têm vindo a denunciar e que agora se confirma, ou seja:

Os apoios atribuídos, pela forma e método como foram dados, confirmam as consequências da implementação de um processo de burocratizado e de desresponsabilização política por parte da maioria PS/PSD na Câmara Municipal na atribuição dos referidos apoios;

Sendo um processo em que os Vereadores da CDU no passado dia 20 Abril votaram contra o mesmo, tal não pode significar que são desfavoráveis à atribuição de apoios ao associativismo.

Neste quadro, os Vereadores da CDU votam favoravelmente os pontos 2.1.7; 2.1.8; 2.1.9; 2.1.10 e 2.1.11 da Ordem de Trabalhos da reunião de Câmara Municipal de dia 26 de Junho de 2015, que atribuem às 32 Associações, Coletividades e Instituições identificadas o valor financeiro de 85.500 euros e 38.000 Km.”



Handwritten signature and initials.

2.1.12 - 9.^a Alteração ao Orçamento, PPI e PAM

Presente, para conhecimento, a 9.^a Alteração ao Orçamento, PPI e PAM de 2015.

Interveio a **Vereadora Sílvia Santos** referindo que se verifica uma diminuição de 30.000 € no apoio aos Bombeiros.

Tomou a palavra o **Presidente** referindo que o Secretário de Estado no aniversário dos Bombeiros informou que este ano não vão ser abertas candidaturas para as Equipas de Intervenção Permanente, que era ao que se destinava a verba.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.1.13 - Resumo Diário da Tesouraria

Presente o **Resumo**, respeitante ao dia 25 de junho cujo saldo é 739.784,78 € correspondendo 560.748,08 € a Dotações Orçamentais e 179.036,70 € a Dotações não Orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Obras – Licenciamento

Com base nos pareceres emitidos pelas entidades intervenientes, bem como pelos técnicos municipais, foram presentes os processos a seguir referenciados e que mereceram as seguintes deliberações:

- **Proc. n.º 8/15 Req n.º 294/15, de Manuel António Ferreira Sorribas**, presente projeto para deliberação final respeitante à legalização de uma piscina, alterações e ampliação da moradia em mais um piso, sita na Rua José Francisco Fragoso, 57, em Vendas Novas.

Aprovado, por unanimidade, de acordo com o parecer do Chefe da DAUA de 9 de junho de 2015.

- **Proc. n.º 10/15 Req n.º 314/15, de Sérgio António da Silva Alves**, presente projeto para ampliação de moradia de r/c e muro de vedação, sito na Av.ª 25 de Abril, n.º 97, em Vendas Novas.

Aprovado, por unanimidade, de acordo com o parecer do Chefe da DAUA de 11 de junho de 2015, devendo ser levantado o respetivo auto.



20
#

- **Proc. n.º 23/15 Req n.º 301/15, de António José Lucas Correia e outra** presente projeto para deliberação final respeitante à legalização de uma moradia de r/c, sito na Rua Bernardino Machado, n.º 6, em Vendas Novas.
Aprovado, por unanimidade, de acordo com o parecer do Chefe da DAUA de 16 de junho de 2015, devendo ser levantado o respetivo auto.
- **Proc. n.º 14/15 Req n.º 324/15, de Diogo Manuel Salvador Barrancos** presente projeto para deliberação final respeitante à construção de uma moradia unifamiliar de 2 pisos, anexo e muro, sito na Rua José Francisco Fragoso, Lote n.º 1, em Vendas Novas.
Aprovado, por unanimidade, de acordo com o parecer do Chefe da DAUA de 16 de junho de 2015.
- **Proc. n.º 22/15 Req n.º 299/15, de Hélder Fernando Hilário Figueiredo e outra** presente projeto de arquitetura respeitante à construção de uma moradia de r/c e muros de vedação, sito na Rua Egas Moniz, n.º 14, em Vendas Novas.
Aprovado, por unanimidade, de acordo com o parecer do Chefe da DAUA de 4 de junho de 2015.
- **Proc. n.º 21/15 Req n.º 267/15, de Carmina Augusta Morganheira Serrudo,** presente projeto de arquitetura respeitante à construção de um anexo, sito na Rua António Maria Casquinha, n.º 43, em Vendas Novas
Aprovado, por unanimidade, de acordo com o parecer do Chefe da DAUA de 17 de junho de 2015 e do Parecer Jurídico n.º 36/2015 de 26 de maio de 2015.
- **Proc. n.º 17/15, de Sociedade de Empreendimentos e Investimentos Agrícolas da Herdade do Monte Branco, S.A.** presente projeto de arquitetura respeitante a obras de alteração das construções existentes com demolição parcial, sitas na Herdade do Monte Branco – E.N. 4, em Vendas Novas, acompanhado do parecer da CCDRA.
Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** referindo que, face às dúvidas levantadas e como tem sido prática o executivo procurar que as aprovações sejam consensualizadas, pediu novos pareceres à CCDRA que fossem conclusivos, o que considera que aconteceu.



Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que em 27 de Maio de 2015, a Câmara Municipal de Vendas Novas na sua reunião, analisou o Processo Nº 17/15 sobre o “projeto de arquitetura respeitante a obras de alteração nas construções existentes”. O referido projeto, mereceu a votação favorável da maioria PS/PSD e os votos contra dos Vereadores da CDU. O Voto contra da CDU deveu-se ao facto de as informações inscritas no referido processo, não serem suficientemente concordantes com os pareceres àquela data da CCDRA, nomeadamente no cumprimento do Regime Jurídico da REN que “não admite compensações das áreas demolidas em REN por novas outras, mesmo que menores, a serem construídas sem que tenham que cumprir com tal regime”. No passado dia 9 de Junho, foi presente à reunião de Câmara Municipal, para ratificação, uma deliberação do Presidente da Câmara Municipal com data de 27 de Maio (a mesma data da reunião de Câmara Municipal, em que a CDU votou contra face às dúvidas da legalidade do procedimento), que suspendia a decisão tomada de aprovação e apontava para a consulta à CCDRA solicitando um novo parecer face as questões levantadas pelos Vereadores da CDU.

Na reunião de Câmara Municipal de 26 de Junho, a Câmara Municipal é confrontada com um “novo parecer da CCDRA” sobre o processo em questão, do qual se podem retirar as seguintes conclusões:

- Foram justas e adequadas as dúvidas suscitadas pelos Vereadores da CDU na reunião de Câmara Municipal de 27 de Maio, votando contra o ponto em questão, pelos fundamentos já identificados na introdução da presente de declaração;
- Releva-se o facto da maioria do executivo da Câmara Municipal, PS/PSD, não ter assumido, naquele momento, a retirada do ponto, para no mesmo dia, ser emitido um despacho do Presidente da Câmara Municipal a suspender a deliberação tomada em sede de Câmara Municipal, matéria que mereceu “voto de abstenção dos vereadores da CDU”;
- No novo parecer da CCDRA, identifica-se que as novas áreas de construção não podem extravasar a área de implantação já existente;
- No novo parecer da CCDRA, reafirma-se os anteriores pareceres emitidos pela CCDRA;
- No novo parecer da CCDRA, responsabiliza-se a Câmara Municipal por dar cumprimento aos IGT existentes em particular ao PDM, no que respeita ao empreendimento em causa;
- No novo parecer da CCDRA, destaca-se o facto de existirem “duas novas tipologias de intervenção estavam omissas” e como tal a CCDRA não se tinha pronunciado;



- No novo parecer da CCDRA, reafirma-se que a “Câmara Municipal deve acautelar a verificação da pré-existência de edificações à data da publicação da delimitação da REN do Concelho de Vendas Novas”.

O **Presidente** afirma que não é verdade que a CDU tinha razão, pois quando o executivo votou favoravelmente, tinha razão pois a CCDRA volta a reforçar o que constava no seu último parecer, a decisão tomada foi apenas para que toda a gente se possa sentir mais confortável com a aprovação do projeto. Claro que as responsabilidades que são acometidas à Câmara Municipal são as que decorrem da Lei para este e para qualquer outro processo semelhante. Não vê como é que se considera que o executivo estava a aprovar uma ilegalidade se a CCDRA reforça a sua posição e, assim sendo, como é que o Vereador diz que os Vereadores da CDU tinham razão.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** dizendo que o que a Bancada da CDU afirma é para justificar a sua posição. Afirma que na política se vai aprendendo alguma coisa e uma delas é a não ser ingénuo, pois no dia em que a Bancada da CDU levantou questões, o executivo teve a sensatez de pedir mais um parecer à CCDRA de forma a clarificar a situação. Só para concluir que a CDU está contra este processo.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** afirmando que os Vereadores da CDU não dizem que tinham razão, o que dizem é que foram legítimas as dúvidas que levantaram e se assim não fosse o Presidente da Câmara Municipal não reunia com a vereação e emitia um Despacho para suspender a decisão. Para além disso é dito agora no parecer da CCDRA que se pronuncia sobre dois aspetos sobre os quais anteriormente não se pronunciaram. O que se conclui é que cabe à Câmara Municipal acautelar todas as matérias e perante isso os Vereadores da CDU votam favoravelmente.

O **Presidente** esclarece que os novos elementos não têm nada a ver com a REN. Afirma que não está em causa a legitimidade para colocar dúvidas, aquilo que o executivo pretende reforçar é que já na altura estava garantida a legalidade da situação e que o presente processo se atrasou por mais quatro semanas.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que estes promotores são das pessoas mais sérias com quem trabalhou na sua vida profissional.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o levantamento da suspensão da deliberação da Câmara Municipal de 27 de maio de 2015, de acordo com o Parecer do



LD
#

Chefe da DAUA de 16 de junho de 2015 exarado no Parecer da CCDRA de 15 de junho de 2015.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** apresentando a seguinte declaração de voto: “Perante os factos anteriormente descritos e em face do novo parecer da CCDRA de 15 de Junho de 2015 que clarifica as matérias controversas e responsabiliza a Câmara Municipal no cumprimento dos IGT (PDM) de Vendas Novas e cumprimento do Regime Jurídico da REN por parte dos “promotores do empreendimento”, os Vereadores da CDU votam favoravelmente.”

3. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público

Não houve intervenções do público.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**

FORMA DE VOTAÇÃO

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objecto de votação nominal.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 16 H 50 sendo a presente ata assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a redigi e lavrei.



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal

O Chefe da DAF

Vendas Novas, 26 de junho de 2015



Aprovada, por unanimidade, na reunião realizada em 28/12/2015.

Não participou no voto o vereador Elso Caeiro, por
não ter estado presente na reunião em causa.

O Presidente

L. C. L. R.

Os Vereadores

Ana Carla Arranja M. de Barros

José Maria Rodrigues Figueira

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro

Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos

Joaquim Manuel Marques B. Soeiro

[Signature]
[Signature]
Paulo Alexandre Valentim Caçoilas
[Signature]
[Signature]